

APRESENTAÇÃO

Violências, (in)segurança e resistência na América Latina

Violence, (in)security and resistance in Latin America

Este número temático da Revista O Público e o Privado, intitulado “Dinâmicas e tendências de violência e segurança na América Latina”, apresenta questões relacionadas a dois temas bastante complexos em nossa sociedade: a violência e a segurança, tendo como lócus de manifestação o território atualmente conhecido como América Latina e Caribe.

Violência e segurança são aqui pensadas como ingredientes principais da ética da invasão europeia a esse território. Uma invasão notoriamente iniciada por volta de 1492, quando o navegador genovês Cristóvão Colombo, financiado pela monarquia espanhola, chegou à Ilha de Guanahani, nas Antilhas (rebatizada posteriormente como San Salvador). No Século xv, as invasões se intensificaram, pois europeus de nacionalidades distintas aportaram em diversos locais do litoral do continente, a saber: Pedro Álvares Cabral, no Brasil em 1500; em 1519, Hernán Cortez chegou ao México; entre 1531 e 1532, Francisco Pizarro invadiu o Peru e, assim sucessivamente, até o último território ser invadido (DUSSEL, 1994; GALEANO, 2010 [1971]). Essas invasões foram violentas, mas as violências na região continuam até nossos dias.

Segundo Dussel (1994, p. 8),

[...] 1492 é o momento do ‘nascimento’ da Modernidade como um conceito, o momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ particular de violência sacrificial muito particular e, ao mesmo tempo, um processo de ‘encobrimento’ dos não europeus”¹.

1. Tradução livre, assim como os demais excertos desta apresentação referenciando trabalhos publicados em espanhol.

A invasão foi responsável por uma mudança severa nos destinos da história dos povos que aqui viviam, pois, o “encobrimento” alterou favoravelmente os quadros econômicos da Europa, mas desfavoravelmente os dessa região. Em realidade, os processos de invasão aniquilaram pessoas, práticas, modos de vida, impuseram uma visão de mundo e um ritmo de vida antes inexistente. Impulsionaram discursos, destruíram territórios e construíram outros, subjugando tudo que encontravam pela frente. Tudo que havia pela frente, era violentamente banido: línguas, crenças, modo de trabalho, relação com a natureza. Outra cosmovisão, outra dinâmica, para segurança do colonizador.

A convicção de raça superior dos europeus era tamanha que podemos associá-la a um primeiro mecanismo de ação violenta, para o bem de sua segurança na região. Assim, barreiras racistas, imposição do cristianismo como religião oficial do império e escravidão foram mecanismos utilizados para subjugar e adstrar corpos à ética moderna do trabalho (RODRÍGUEZ, 2007). Portanto, a violência é ingrediente para garantir a segurança desejada pelos europeus, homens, brancos e de status social privilegiado.

Há cinquenta anos, Eduardo Galeano publicava o que pode ser considerada uma narrativa detalhada da Ética da violência que imperou na região a partir da invasão pelos colonizadores europeus. Em “As Veias Abertas da América Latina”, a violência é narrada com detalhes para explicitar o caminho exigido para que os povos acreditassem ter a América Latina nascido para obedecer “[...] o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência” (GALEANO, 2010 [1971], p. 3).

Galeano discorre sobre tempos em que a relação entre produção econômica e reprodução da vida social já estava sedimentada na rotina da exploração de minérios como ouro e prata, expandindo-se até o esgotamento do solo com a produção e/ou extração de “açúcar, tabaco, guano, salitre, cobre, estanho, borracha, cacau, banana, café...” (GALEANO, 2010 [1971], p. 3). Mas, recentemente, o ouro da vez passara a ser soja, milho, carne (bovina e de frango). Para a produção dessas mercadorias, terras indígenas são invadidas e novas formas de produção colonialista são estabelecidas na região. As reflexões de Galeano foram fundamentais para suscitar não apenas o debate em torno do

modo como a invasão ocorreu, mas também para explicitar como, na América Latina, a relação entre violência e segurança passou a ser recorrente. Trata-se de uma relação estruturada em diversas ações que sedimentam a desigualdade na região e, muitas vezes, como de costume – desde a colonização –, quem “passa a boiada” é quem deveria proteger a vida.

Obviamente, Galeano (2010 [1971]) não é o único a desenvolver reflexão acerca do tema da violência nesses termos, porém sua publicação alimentou esperanças e potencializou o debate em torno de outra história sobre a região. No cenário político regional, o acesso a essa reflexão pode ter influenciado a partir dos anos 2000 a ascensão de governos de frente popular, denominados de governos de “esquerda” ou de “frente popular”. Silva e Costa (2018), ao analisarem o enfraquecimento político dos projetos e experiências sul-americanas conhecidas como “progressistas” que se desenvolveram nos primeiros quinze anos do século XXI, destacam que esses

[...] governos constituíram-se como frentes políticas em torno de representantes de setores populares (operários, assalariados, camponeses) e frações do empresariado, com a promessa de reverter as políticas neoliberais na região (SILVA, COSTA, 2018, p. 4).

Esse é um eixo de análise bastante comum, como também é frequente a vinculação do enfraquecimento dessas experiências ao descontentamento de setores de trabalhadores e camadas sociais mais empobrecidas na região. Tal descontentamento decorre dos rumos tomados por esses governos que efetivaram políticas sociais de caráter compensatório, “[...] que, gestadas nas direções do movimento operário e popular, reconstituíram a ordem democrático-burguesa” (SILVA, COSTA, 2018, p. 6).

Ainda segundo os mesmos autores, o fracasso daqueles governos decorre das consequências desastrosas resultantes, dentre outros fatores, da impossibilidade de cumprir com

a tarefa de recompor as instituições do Estado liberal, de modo a condicionar as reivindicações sociais ao funcionamento e à lógica do aparato estatal,

ao passo que no bloco do poder se manteve as principais frações do grande Capital (SILVA, COSTA, 2018, p. 33).

Foram processos de democratização incertos, conturbados por agendas conciliatórias que engendraram insuficientes caminhos, sem ameaçar agendas neoliberais galopantes na América Latina. O conhecimento histórico sobre a construção das contrarreformas necessárias à consolidação destas agendas evidencia as violências para conter as resistências de movimentos sociais organizados, contra o desmonte do Estado Democrático de Direito. Sob expressivos ataques a direitos sociais como saúde, educação, moradia e trabalho, essas agendas centraram-se na

condensação de políticas econômicas e sociais negociadas e contidas pelos interesses empresariais majoritários por meio das mediações da burocracia estatal [...] [que] debilitam iniciativas de transformação e/ou de ruptura integral com as propostas neoliberais, que são por demais explícitas no caso brasileiro, argentino, uruguaio, equatoriano e boliviano (SILVA, COSTA, 2018, p. 27).

Na análise de Borón (2004), no século XXI, às esquerdas são postas novas realidades que impõem muitos desafios.

Igualmente fundamental na agenda neoliberal é a questão da Segurança Pública, que ganhou enorme visibilidade e se tornou presente nos debates tanto de especialistas quanto do público em geral. Porém, pensar Segurança Pública nunca foi tarefa fácil, ainda mais quando se tem realidades distintas e complexas como as que encontramos na América Latina, território que abriga nações de democracias recentes com histórico anterior de ditaduras que deixaram marcas profundas nas instituições de segurança e repressão. Talvez essa seja uma das razões pela qual, mesmo com a história recente de governos de frente popular, diversos países da região vivenciem uma transição de suas políticas sociais para políticas cada vez mais repressivas com práticas consideradas ameaçadoras da ordem. São intervenções do Estado que se expressam de

diferentes maneiras. Em situações mais extremadas, há processos de militarização da segurança e de seus aparatos repressores. Há também situações de países onde o exército atua no enfrentamento de crimes comuns ou contra o tráfico de drogas, a exemplo do que ocorre no México, na Colômbia e na Bolívia.

No Brasil, apesar de não termos atuação direta do exército no policiamento, pode-se identificar sua influência cada vez mais intensa em forças de segurança, como as polícias e brigadas militares das diversas unidades da federação, bem como em instituições nacionais de comando da saúde. Atualmente, em plena pandemia de covid-19, o Brasil tem um general como ministro interino da Saúde, desde maio do corrente ano. Na educação brasileira, esse movimento já vem sendo forjado desde 2015. Sob pretexto de combater o aumento da violência nas escolas, diversas ofensivas políticas de captura da educação, ocorreram por corporações militares diferentes. A entrega da gestão de escolas públicas em vários estados do país se intensificou a partir de 2015 e, em 2018, onze unidades federadas já haviam implantado alguma forma de gestão militar do sistema de ensino. No final de 2019, o Ministério da Educação do país anunciou a implantação de um total de 54 novas escolas “cívico-militares” em todas as unidades da federação, com exceção dos estados do Espírito Santo, Piauí e Sergipe, que não aderiram ao projeto do governo federal ou não têm militares da reserva para suprir o quadro de professores, conforme divulgado no site Gazeta do Povo, em novembro de 2019².

Esse processo de capilarizar a formação militar edifica um imaginário social de saídas de condições de violências, forjadas em alternativas milagrosas. A formação, balizada na “disciplina dos corpos”, inspira nas famílias a ideia de que seus filhos estão salvaguardados da tão temida “delinquência juvenil”. Nesse mesmo sentido de proteção aos filhos, reside a esperança de acesso a uma carreira profissional exitosa. Em épocas históricas recentes, famílias de diferentes posições sociais faziam com que seus filhos permanecessem “servindo à pátria” por meio do serviço militar. Enfim, em um país como o Brasil, cuja sociedade carrega uma sombra de que a ditadura militar a teria salvado

2. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/breves/governo-anuncia-54-novas-escolas-civico-militares-para-2020/>>. Acesso: 20 jul. 2020.

das “garras do comunismo”, os militares, de um modo geral, sempre ocuparam lugar de destaque, a ponto de serem constantemente ovacionados em manifestações de extrema direita, que os querem “de volta ao poder”.

Por outro lado, quando pensamos problemáticas comuns ao Brasil e ao México, identificamos a crescente organização e profissionalização do crime em torno da questão das drogas. No México, o crime se apresenta em cartéis que surgem dentro e dialogando com diversos entes do próprio Estado. Como destaca Buscaglia (2012), uma vasta rede multinacional, conformada pelos principais grupos criminais mexicanos, compete em determinadas regiões e mercados em expansão. O autor destaca que a expansão dessa rede é potencializada em razão da incapacidade política do Estado mexicano impor regras punitivas e preventivas. No Brasil, as facções criminais nascem desafiando o Estado pelo monopólio de uma forma de violência que desliza pelas bordas das periferias e se plasma em muitas outras relações de poder. Estas organizações criminosas têm diversas práticas de interpelar o Estado e suas agências para lidar com as dinâmicas que elas mesmas instituem.

Assim, México e Brasil se destacam como os territórios em que se particularizam as realidades analisadas na maioria dos artigos que compõem este Número Temático. A análise da violência que perpassa processos de investigação sobre essas temáticas, a migração e a linguagem são temas refletidos no primeiro e nos dois últimos artigos sucessivamente. São, portanto, abordagens que vinculam o mosaico da relação entre violência e segurança, materializado nos processos institucionalizados de controle da “Migração Forçada” originada no “Triângulo Norte” – Honduras, Guatemala e Nicarágua –, em direção aos Estados Unidos. Nas rotas que constituem esses e outros fluxos migratórios de trânsito de estrangeiros “vagabundos” e não “turistas” (CAICEDO, MORALES, 2015), a linguagem se constitui instrumento por excelência da violência simbólica (BOURDIEU, 1989) e elemento transversal exercido tanto pelos governos dos países de origem, como por aqueles em que os migrantes percorrem até chegarem ao destino incerto.

A linguagem grafada em documentos como Leis Nacionais, Tratados de Mérida e Acordo de Cooperação Internacional, a exemplo do “*Plan de la*

Alianza para la Prosperidad del Triángulo Norte” (EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS, 2015), dentre outros instrumentos que definem critérios e formas de mobilização humana, é apropriada como instrumento de trabalho de agentes de controle migratórios. Instrumentos que definem conteúdos, conceitos, perfis de aparência e modos de vestir, que configuram o pensamento e a ação humana nesses espaços de exercício de poder. Mas também, linguagem que regulamenta mercadorias, inclusive as humanas, passíveis de movimentação de pessoas entre nações, em especial das “periferias” para os “centros”. Não apenas dos países que compõem o Triângulo Norte, mas também na Colômbia e Venezuela, o “desterritoriamento” forçado é uma violência bastante recorrente em territórios de disputas recorrentes. Por essa razão, a “migração forçada” é uma realidade marcada pela violência.

A maioria dos textos desta edição têm como fio condutor atores e cenários de violência no Brasil e no México, mesmo que eventualmente se alastrem também para a menção e análise de fenômenos observados em outras nações da mesma região. Os autores se concentram em questões que emergem da realidade latino-americana, como os processos inacabados de militarização, a crise institucional das polícias – que perdem credibilidade junto à sociedade e, em alguns aspectos, são superadas pelo crime organizado. As instâncias de aplicação da lei e as narrativas de um complexo prisional transbordante de problemas, mas também os fracassos de algumas formas de crime organizado são outras partes do conteúdo aqui focado.

A seleção dos artigos que aqui reunimos busca fomentar diálogo sobre um conjunto de questões que embalam os debates na América Latina, focando realidades no Brasil e no México, que apresentam dinâmicas sociais complexas e marcadas por intensa influência da política estadunidense de enfrentamento de um inimigo invisível. Em todas essas realidades, o inimigo, em larga medida e de várias formas, está relacionado à população mais empobrecida e moradora de zonas desassistidas de políticas sociais.

Esta publicação é também um testemunho do fechamento confuso da segunda década do nosso século XXI, em que o paradigma de Segurança Humana – do qual faz parte a abordagem da Segurança Cidadã – predominou

formalmente nos manuais, nas estratégias de ação e nas leis. Esse paradigma prevaleceu desde a década de 1990 até os dias atuais. A referência é cotidianamente reiterada nos discursos de organizações multilaterais e Estados nacionais, para justificar qualquer ação no discurso sobre Segurança Humana. Para aprofundar a reflexão, ver: Ortiz (2019); Buscaglia (2014); BID (2014); Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (ONU, s/d), aprovada em 2003, em vigor desde 2005, comumente referida como Tratado de Mérida; PNUD (1994). Nessa dinâmica, é evidente um retrocesso nas políticas públicas, pois continuam ancoradas na resolução punitiva dos conflitos sociais, situação que causa enfraquecimento das instituições democráticas, em razão do fracasso dos governos locais no combate ao crime. É exemplar como retrocesso político, a visão isolacionista do presidente Donald Trump ao tratar as realidades da segurança no hemisfério atualmente.

Ortiz (2019), ao analisar a tríade segurança, migração e comércio nas relações entre México e Estados Unidos, aponta o isolamento da posição do presidente Donald Trump. O autor destaca a impossibilidade de encontrar nas vias desta tríade as saídas atualmente exigidas para os problemas de violência na região. As consequências indesejadas da política militarista do presidente dos Estados Unidos levam à maior desconfiança e reduzem a cooperação internacional (ORTIZ, 2019). Também merecem referência os retrocessos no campo social contra os protestos no Chile e Equador; o crescimento do desemprego forçado e a violência institucional na Colômbia; a violência no sistema penitenciário salvadoreño; os processos de militarização da segurança no México ou o controle punitivo dos fluxos migratórios em toda a região.

A visão crítica sobre essas realidades e as saídas forjadas pelos governos de diferentes países latino-americanos é o ponto de união que nos permite articular esse trabalho coletivo que, sob diferentes perspectivas, consegue expor parte do conflito latino-americano para reconhecer problemas comuns.

Os processos de democratização incertos, dilemáticos e precários da América Latina, eram notoriamente insuficientes para reformar, de maneira positiva, o campo da segurança. Permaneceram no campo dos discursos, perderam-se em uma transição permanente para lugar nenhum. Mesmo que reconheçamos a enorme heterogeneidade territorial e política de duas potências

regionais, como Brasil e México, é evidente que os regimes latino-americanos não conseguiram se desvencilhar do discurso fortemente influenciado pela “Doutrina de Segurança Nacional” estadunidense em suas diferentes versões, desde Nixon, passando por Reagan, até nossos dias. Com isto, predomina nas entidades de segurança um discurso classista, racista e excludente, que restringe a percepção de violência a uma questão de “Lei e Ordem”.

Em grande parte, o debate sobre segurança ainda está ancorado em discursos proibicionistas e nocivos a maiorias sociais precárias, duplamente prejudicadas pela desigualdade e por todos os tipos de deficiências sistêmicas. O Estado continua abdicando de suas responsabilidades. Por outro lado, a sociedade é cada vez mais assediada por estruturas criminosas fortemente arraigadas, perniciosas e contrárias ao bem comum.

Por todos os elementos mencionados, é inegável que a segurança continua em crise e a violência institucional é reproduzida, ainda mais intensamente, como ocorreu com o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos. Além deste marcante episódio recente, há constantes episódios de brutalidade policial nos países da América Latina. A academia também precisa, sob suas diferentes perspectivas, focar a continuidade de políticas públicas fragmentadas e desiguais. Ao mesmo tempo, precisa propor estratégias diferenciadas que permitam reduzir as violências e tornar visíveis alternativas não invasivas dos Direitos Humanos pelo Estado.

Uma perspectiva de segurança que não seja exclusivamente punitiva terá que propor diferentes opções interventivas para recuperar a paz, promover o desenvolvimento com equidade, fortalecer as comunidades e, em geral, articular uma governança mais horizontal construída e consensuada a partir do território. Transformar a institucionalidade em tempos de crise social é um imperativo ético e humano ao qual nossos esforços reflexivos. Os textos aqui reunidos são um pequeno testemunho desta motivação maior que nos atravessa.

O texto que abre o Número Temático é intitulado “*El riesgo del investigador a partir del trabajo de campo en contextos violentos*”. Nele, Arturo Chacón Castañón e Salvador Salazar Gutiérrez refletem sobre o trabalho etnográfico e a entrevista em profundidade, em contextos de conflitos focados em sujeitos de investigação socialmente “etiquetados” como perigosos. Os autores partem de

pesquisas desenvolvidas junto a jovens na Cidade de Juárez (MÉXICO). Imersos em cenários de narcotráfico, crime organizado, “mercado sexual” e tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, estes jovens são bastante circunscritos à etiqueta do perigo. A preocupação dos autores, neste texto, é analisar implicações éticas e metodológicas da pesquisa etnográfica em contextos marcados por fenômenos de violência. O exercício analítico que desenvolvem evidencia a importância de pensar práticas e convenções que, à luz de lógicas de vida contextualizadas em tramas sociais como as dos jovens com quem investigaram, alterem os marcos teóricos e metodológicos tradicionais no âmbito acadêmico. O texto ressalta o aumento de investigações relacionadas a temas como: feminicídio, narcotráfico, sequestro e/ou extorsão, dentre outros. Isto expressa a crescente quantidade de investigadores envolvidos com o estudo dessas questões, tornando urgente e importante esse debate e seus impactos deontológicos.

O segundo texto, intitulado “*Que cada quien agarre su muleta. Violencias en Ciudad Juárez, una aproximación desde las juventudes*”, de autoria do estudioso em Justiça Penal Carlos Murillo Martínez e da estudiosa de assuntos de Segurança Citlalli Alicia Murillo Martínez, continua a abordagem da condição juvenil na Cidade de Juárez. Localizada no norte do México, Juárez é marcada por uma violência estrutural produzida pelo Estado, mas também pelo ambiente social. Este texto discorre acerca das zonas de conflito, que coincidem com as zonas de alta marginalização, decorrentes de condições de pobreza, onde a presença do narcotráfico é mais evidente nesta cidade. Esta interação complexa de conflito, marginalização e pobreza cria um cenário ideal para o recrutamento de jovens em redes de crime organizado. Diante dessa realidade, o Estado responde financiando forças de segurança pública e iniciativas da sociedade civil visando à prevenção da criminalidade, além de difundir punições por meio de processos judiciais criminais. A estratégia não tem funcionado e, após um período em que as estatísticas criminais estavam em declínio constante, em 2019 os homicídios intencionais retornaram a níveis alarmantes.

O estudioso da área de Sociologia Jurídica e Direitos Humanos, Gabriel Eidelwein Silveira, juntamente com Nicodemos Coutinho de Meneses, estudioso de questões atinentes à Sociologia Jurídica, aportam importantes contribuições acerca da grave crise na segurança pública no Brasil. No texto

“Corporações criminais no Brasil: a pena e as relações de poder no cárcere”, eles abordam reflexões acerca de como o Estado brasileiro, de certa forma, não tem obtido êxito na ressocialização dos apenados nem no combate à criminalidade, em razão de uma diversidade de causas e problemas estruturais do sistema de justiça criminal. A reflexão aponta várias causas da criminalidade no Brasil, sendo que, atualmente, o problema foi ampliado em razão do colapso do sistema penitenciário brasileiro e das novas relações de poder estabelecidas a partir do surgimento de grupos criminosos organizados dentro e fora dos presídios. Neste contexto, a ampliação do poder das corporações criminais tem sido uma das principais causas do fracasso da pena privativa de liberdade nos seus objetivos ideológicos, o que tem impactado diretamente o aumento da criminalidade. Por outro lado, os autores apontam que a Constituição Federal de 1988 impõe que órgãos de segurança pública repensem o enfrentamento da criminalidade, considerando o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos (CF, art. 4º, II), tanto na perspectiva do respeito à integridade do investigado/apenado, quanto na da proteção social. Na prática, o texto aponta que o Estado nacional tem muito a evoluir, tanto no combate à criminalidade quanto na proteção dos direitos humanos.

O texto “Violência e rede de vizinhos protegidos: uma análise discursiva crítica de suas práticas”, de autoria do geógrafo Janael Silva Alves, recorre à Análise de Discurso Crítico para compreender discursos e práticas sociais de moradores que participam do Programa Rede de Vizinhos Protegidos (RVP), ofertado por uma instituição de segurança pública. O suporte para as reflexões decorre de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em dois municípios do estado de Minas Gerais, no Brasil. Buscando compreender como os indivíduos justificam as práticas sociais moldadas pelo discurso oficial e normativo dos responsáveis pelo Programa, o texto apresenta elementos sobre a implementação de uma nova ferramenta de segurança pública, área que diretamente afeta toda a sociedade. Os recursos analíticos trabalhados evidenciam que os discursos dos moradores em relação a soluções para seus problemas de segurança explicitam reprodução de discurso oficial hegemônico acerca do papel das redes como resposta para o problema da insegurança, bem como uma contradição acerca de saídas adotadas por meio da contratação de serviços da indústria da segurança privada.

Em seguida, uma reflexão acerca do “estrangeiro” é desenvolvida no texto “*Violencia en la expresión de extranjero: El uso inadecuado del lenguaje en la designación de credenciales estatales*”, de autoria do pesquisador em Direitos Humanos, Jorge Antonio Breceda Pérez. O desenvolvimento da análise sobre a construção do *extranjero* é bastante interessante na medida em que arrola argumentos que evidenciam a relevância do papel que a linguagem desempenha neste processo. Com base nas reflexões do pensador John Austin, o texto realiza análise qualitativa de “processos legislativos” para examinar a utilização de conceitos no âmbito das ciências jurídicas. O ponto auge da reflexão versa sobre o peso linguístico na “rotulação” que “marca distorção tendenciosa, causando uma definição permeada pela violência-tirania e, conseqüentemente, pela desumanização”. Dentre as conclusões, destaca-se a dualidade do papel da língua como elemento configurador do pensamento humano que, mediante interiorização e interação social, edifica conceitos que se tornam determinantes para orientar ações de violência institucionalizada. O texto, por fim, aponta os direitos humanos como alternativa para enfrentar a desigualdade imposta pela condição de estrangeiro.

Concluí este Número Temático, o texto “*La violencia sistémica como eje transversal en la crisis migratoria de la población migrante centroamericana*”, do estudioso de migração internacional, Matías Fouillieux Bambach. O texto analisa os alcances de um tipo particular de migração, a “*migración forzada*”, com destaque para alguns fatores explicativos do ponto de vista quantitativo de pessoas que transitam sem documentos pelo corredor de maior fluxo migratório no mundo. A análise centra-se na migração do denominado “Triângulo Norte” (formado por Honduras, Guatemala e Nicaragua) rumo aos Estados Unidos. O recurso metodológico para apreender a situação dessa população em seu trânsito pelo México, são os contextos de Nueva León (área metropolitana de Monterrey), Veracruz (TIERRA BLANCA E AMATLÁN DE LOS REYES) e Chiapas (TAPACHULA), onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, junto aos “principais atores” responsáveis pelo fenômeno migratório. O centro de interesse deste trabalho gira em torno da discussão da “desterritorialização forçada” de sujeitos “indocumentados” que migram desafiando uma violência

sistemática exercida tanto por quem deveria protegê-los (os governos de seus países) quanto pelo governo do Estado mexicano. A abordagem do autor ao tema é ainda mais relevante por ampliar debates acerca da migração destacando o papel do imperialismo estadunidense como controlador de riqueza e gerador de conflitos, mas também por problematizar os entraves de um processo de migração forçada por fatores como insegurança, violência e corrupção, dentre outros, que definem esse tipo de migração e alteram a vida, tanto dos que abandonam quanto dos que permanecem nesses territórios. Dentre as conclusões apresentadas no texto, encontra-se a análise sobre a violência sistêmica e direta como um eixo transversal enfrentado, tanto nos países de origem quanto nas principais rotas migratórias. No trânsito migratório, crianças, mulheres e jovens enfrentam quadrilhas transnacionais de crime organizado, policiais e funcionários do governo que são protegidos por uma política de imigração e tratados internacionais que têm a fronteira sul do México criminalizada e militarizada.

Portanto, esta meia dúzia de artigos que compõem este Número Temático e, muito brevemente, foram referidos nesta apresentação, forma um conjunto coeso de textos que investigam diferentes manifestações contemporâneas da violência e da segurança que nos impõem à reflexão sobre a complexidade desses fenômenos na região e, sobretudo, apontam para a urgência do enfrentamento de seus dilemas com disposição para inovação.

Ao organizarmos esse Número Temático, identificamos uma riqueza de análises que, embora sejam parciais e circunscritas a seus próprios contextos, evidenciam possibilidades de trocas, aprendizagem e lições que tornam ainda mais importante as relações entre pesquisadores do Brasil e de outros países latino-americanos. Na experiência aqui consolidada, por meio dos textos que reunimos, reconhecemos essas trocas e a necessidade de fazer com que elas continuem para o bem da construção de alternativas coletivas para problemáticas comuns.

Lila Cristina Xavier Luz¹

Othón Partido Lara²

Maria D'alva Macêdo Ferreira³

Organizadores

1. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí, onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (NUPEC). Integrante do GT-CLACSO “Infancias y Juventudes”. <https://orcid.org/0000-0000-7301-0187> **lilaxavier@hotmail.com**
2. Doutor em Estudios Latinoamericanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professor na Universidad Iberoamericana-León-MX, Coordenador do Mestrado em Política y Gestión Pública. <https://orcid.org/0000-0003-3030-9570> **othon.partido@iberoleon.mx**
3. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora na Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, juventude, direitos humanos, avaliação de políticas públicas e gestão pública. <https://orcid.org/0000-0002-3819-5208> **mdalvaferreira@uol.com.br**

Referências

- BID – Banco Interamericano de Desarrollo. **Lineamientos del Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triangulo Norte**. Washignton: BID, 2014
- BORÓN, Atilio. La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. **OSAL**, ano V, nº 13, enero-abril 2004, p. 41-56.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BUSCAGLIA, Edgardo. La Paradoja Mexicana de la Delincuencia Organizada: Policía, violencia y corrupción. **Revista Policía y Seguridad Pública**. 1(2), May 2014, p. 275-282.
- CAICEDO, Maritza; MORALES, Agustín. **Imaginarios de la migración internacional en México. Una mirada a los que se van y a los que llegan. Encuesta Nacional de Migración**. Ciudad de México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, UNAM, 2015. Disponível em: <<http://www.losmexicanos.unam.mx/migracion/libro/html5forpc.html?page=0&bbv=1&pcode=>>. Acesso: 20 jul. 2020.
- DUSSEL, Enrique. **1492 El encubrimiento del otro: hacia la origen del “mito de la Modernidad”**. La Paz: Plural Editores, 1994.

EL SALVADOR, GUATEMALA, HONDURAS. **Plan de la Alianza para la Prosperidad del Triángulo Norte**. S/L, con embargo indefinido, 2015. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10889.pdf>>. Acesso: 20 jul. 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010 [1971].

ORTIZ, Reynaldo Y. O. Seguridad, migración y comercio en las relaciones México-Estados Unidos durante la presidencia de Donald Trump. **Foro Internacional** (FI), LIX. Vol. LIX, 3-4, julio-diciembre, 2019, p. 237-238.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)**. Brasília, s/d. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf>. Acesso: 20 jul. 2020.

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe sobre Desarrollo Humano 1994**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1994.

RODRÍGUEZ, Fernando Diez. El trabajo y la vida. Una perspectiva histórica. **Revista Empresa y Humanismo** Vol. X, 1/07. 2007, p. 35-81.

SILVA, Luiz Fernando da; COSTA, Gisele C. Fim do ciclo político dos governos de Frente Popular (“Progressistas”) Sul-americanos? **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, Vol.27, N.1, enero-marzo 2018, p. 23-35.